

Classificação da disciplina de Educação Física no Ensino Secundário

A classificação na disciplina de Educação Física (EF) é um tema que, nos últimos anos, tem sido tratado como absolutamente prioritário pela Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) e pelo Conselho Nacional de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPEF), em sintonia com o que acontece com outros organismos e instituições, nacionais e internacionais, ligados à Educação, ao Desporto e à Promoção da Atividade Física e da Saúde.

Considerando a indefinição que se vive no presente, porque ainda não foi publicado o normativo que concretiza o anúncio público, em outubro de 2016, de que a disciplina de EF seria equivalente às demais no que se refere ao seu estatuto avaliativo, para os alunos que iniciassem o ensino secundário nos anos letivos de 2017/2018 e seguintes, e perante as recentes tomadas de posição públicas do Conselho de Escolas e do seu Presidente, entenderam as Direções da SPEF e do CNAPEF tecer as considerações que se seguem.

É universalmente reconhecida^{1,2,3,4,5} a importância da disciplina de EF no currículo dos alunos de todos os níveis de Educação e Ensino, enquanto promotora do seu desenvolvimento global e harmonioso, numa abordagem que estimula o raciocínio e a resolução de problemas complexos e tendo como finalidades:

- o desenvolvimento da aptidão física, na perspetiva da melhoria da qualidade de vida, da saúde e do bem-estar,
- favorecer a compreensão e aplicação dos princípios, processos e problemas de organização e participação nos diferentes tipos de atividades físicas, na perspetiva da animação cultural e da educação permanente, valorizando, designadamente, a ética e o espírito desportivo, a responsabilidade pessoal e coletiva, a cooperação e a solidariedade e a consciência cívica na preservação das condições de realização das atividades físicas, em especial a qualidade do ambiente,
- reforçar o gosto pela prática regular das atividades físicas e aprofundar a compreensão da sua importância como fator de saúde ao longo da vida e componente da cultura, quer na dimensão individual, quer social,

¹ UNESCO. (2015). *Quality Physical Education - Guidelines for policy makers*. Paris.

² UNESCO. (2014). *World-wide Survey of School Physical Education*. Paris: UNESCO.

³ NASPE. (2015). *Physical Education is an Academic Subject*. USA - Reston: National Association for Sport and Physical Education.

⁴ EG-HEPA. (2015). Recommendations to encourage physical education in schools, including motor skills in early childhood, and to create valuable interactions with the sport sector, local authorities and the private sector. In E. G. o. H.-e. p. activity (Ed.): European Commission.

⁵ EUPEA. (2011). *Declaration of Madrid "No Education without Physical Education"*. Brussels: European Physical Education Association.

- assegurar o aperfeiçoamento dos jovens nas atividades físicas da sua preferência, de acordo com as suas características pessoais e motivações, através da formação específica e opcional, num conjunto de matérias que garanta o seu desenvolvimento multilateral e harmonioso.

Esta asserção é consensual e tem sido reconhecida por diferentes entidades, não apenas da área da EF, que a este propósito se têm pronunciado.

A avaliação, considerada numa perspetiva holística, na qual se inclui a certificação das aprendizagens, tem um papel estruturante no processo de ensino e aprendizagem, porque influencia positivamente a motivação, o empenho e a autonomia^{6,7,8,9}. Ao favorecer o entendimento dos objetivos definidos e o cumprimento do percurso estabelecido para os alcançar, potencia o sucesso e reconhece e valoriza o trabalho realizado, levando os alunos a atribuir uma importância determinante aos resultados das aprendizagens, ao mesmo tempo que se constitui como uma orientação fundamental para a tomada de decisão do professor e do aluno, na construção do seu percurso de desenvolvimento. Esta questão é igualmente consensual, não só no seio dos profissionais de EF mas para os demais especialistas nas áreas da avaliação e da educação em geral.

É, portanto, inequívoco que a decisão de não contabilizar a classificação obtida na disciplina de EF, para todos os efeitos e em paridade com as demais, desvaloriza aquilo que todos pretendemos valorizar. Não pode, assim, ser esta a solução para as questões que a este propósito (e nem sempre de forma rigorosa e objetiva!) têm sido levantadas.

É nosso entendimento que o recente parecer do Conselho de Escolas e as afirmações do seu Presidente enfermam de falta de objetividade e rigor no tratamento desta matéria, o que não deveria suceder dada a responsabilidade que detêm na Educação das nossas crianças e jovens. Reconhecendo a importância da EF e o papel da respetiva avaliação e classificação, é defendido que a mesma só deve ser contabilizada para efeitos de acesso ao Ensino Superior quando beneficie os alunos, referindo para fundamentar a sua posição que:

- ***“...esta exceção foi introduzida em 2012, depois de alguma celeuma pública sobre o facto de muitos alunos não acederem aos cursos do ensino superior pretendidos e mais concorridos,***

⁶ SHAPE America (2011). Motivational Physical Education. Disponível em: <http://www.humankinetics.com/excerpts/excerpts/motivational-pe-helps-students-set-achievable-goals--the-physical-best-program-naspe>.

⁷ Mintah, J. (2003). Authentic Assessment in Physical Education: Prevalence of Use and Perceived Impact on Students' Self-Concept, Motivation, and Skill Achievement. *Measurement In Physical Education And Exercise Science*, 7(3), 161–174.

⁸ Pereira, I., & Carraça, E. (2015). Contar ou não contar, eis a questão! Associações com a satisfação das necessidades psicológicas básicas e motivação dos alunos na Educação Física. *Boletim SPEF*, (39), 13-28.

⁹ Penney, D., Brooker, R., Hay, P., & Gillespie, L. (2009). Curriculum pedagogy and assessment three message systems of schooling and dimensions of quality physical education. *Sport, Education and Society*, 14(4), 421-442.

alegadamente, por não obterem classificações na disciplina de EF tão elevadas como nas disciplinas de carácter mais teórico e avaliadas em exame nacional¹⁰;

- ***“há que reconhecer que se tratou de uma medida positiva para milhares de alunos que, por falta de aptidão ou por constrangimentos de outra natureza, deixaram de ser travados no acesso a alguns cursos do ensino superior”***¹¹;
- ***“por várias razões — certamente a merecerem análise e debate noutras circunstâncias —, muitos alunos, independentemente do esforço e motivação, apresentavam dificuldades em obter nesta disciplina classificações equivalentes, ou alinhadas, com as das restantes. Em consequência, ao longo de anos, constatou-se que muitos alunos não conseguiram aceder ao curso superior que pretendiam porque a classificação final da disciplina de Educação Física lhes prejudicou a média de acesso”***¹².

Vejam os alunos não acederam aos cursos pretendidos por causa da EF ou alegadamente por causa da EF? E são muitos? Milhares? Mesmo estando motivados e tendo-se esforçado? Quem são estes alunos? Quem verificou a sua *“motivação e o seu esforço”*? Alguém sinalizou atempadamente (leia-se desejavelmente no início da escolaridade e o mais tardar à entrada no ensino secundário) a sua situação? Quem realizou esses estudos? Onde foram divulgados?

Somos os primeiros a reconhecer a importância de aprofundar e validar os dados existentes. Aqueles que informalmente nos chegam de diferentes escolas fazem-nos questionar as afirmações anteriores, num sentido diferente:

- para a maioria dos alunos a nota de EF parece fazer subir ou manter a média global;
- de entre os alunos cuja média baixou por influência da disciplina, os dados disponíveis indiciam que a generalidade não deixou de entrar no curso de ensino superior pretendido por esse motivo;
- nos casos que chegaram ao nosso conhecimento, as situações de alunos em risco de não aceder ao curso desejado por terem dificuldades em EF foram sinalizadas, estes alunos tiveram um apoio especial dos professores e das escolas, foram encaminhados para clubes de Desporto Escolar ou para outros projetos no âmbito das atividades físicas e desportivas que possibilitaram a melhoria do seu desempenho e conseguiram uma nota elevada ao longo dos 3 anos, ao mesmo tempo que se tornavam mais resilientes, mais saudáveis e mais competentes.

¹⁰ In Parecer do Conselho de Escolas n.º 3/2017, de 28 de setembro de 2017

¹¹ Idem

¹² In jornal “O Público” – entrevista publicada no dia 2 de novembro de 2017

Gostaríamos de conhecer os casos em que tal não sucedeu para estudar formas de obviar à sua repetição, que, naturalmente, não podem passar por comprometer o estatuto desta disciplina, com a sua consequente desvalorização para alunos, famílias e sociedade em geral.

Outras considerações poderíamos tecer, designadamente a propósito de indicações relativas a “*alunos que se transferiram para as escolas privadas à procura de boas notas*” em EF. Existem muitos relatos públicos de situações relativas a outras disciplinas que não justificaram que as mesmas deixassem de ser contabilizadas no acesso ao ensino superior.

A discussão em torno dos efeitos da classificação dos alunos, não pode ser desenvolvida com base em sensibilidades pessoais sustentadas pelo conhecimento de uma realidade pessoal que, por ser particular, é inconclusiva. É uma discussão não nos deve afastar do debate (essencial) em torno da validade e importância da presença da disciplina de EF no currículo dos alunos, a qual parece ser consensual, ou não fosse, a par do Português, a única que acompanha formalmente os jovens desde o pré-escolar.

Da mesma forma, este tema não pode nem deve ser desligado da análise do processo de acesso ao ensino superior, parte deste e de outros problemas constrangedores para o desenvolvimento do ensino secundário, enquanto proposta formativa única e primordial na capacitação dos nossos jovens e não, como se vai verificando, como fase de suporte na seriação para o prosseguimento de estudos.

Mas no momento presente é a EF que se discute, e conforme temos repetidamente afirmado, a SPEF e o CNAPEF pretendem continuar a trabalhar com os responsáveis do Ministério da Educação e demais entidades com influência no sistema educativo, procurando obter dados objetivos, criar e fortalecer sinergias entre os diferentes intervenientes, no sentido de melhorar as condições da sua realização no nosso sistema educativo, garantindo a todos mais e melhor Educação.

Lisboa, 18 de dezembro de 2017

As direções da SPEF e do CNAPEF